

25/17

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA LIGEIRA DE PASSAGEIROS
COM RETOMA DE UMA USADA**

No dia sete, do mês de dezembro, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018.

SEGUNDO:

NASAMOTOR – Veículos e Peças, S.A. com sede na Estrada Exterior da Circunvalação, nº11124/11200, 4460-280 Senhora da Hora, NIF e matrícula 503 737 526, da conservatória do Registo Comercial do Porto, neste ato legalmente representado por **José Eduardo Brasil Alves**, cartão de cidadão n.º12571782 2ZZ0, válido até 31/03/2019, residente na rua de Fez, nº 543, 4150-331 Porto e **Manuel de Castro Freire Bagulho**, cartão de cidadão n.º02183336 2ZY9, válido até 01/04/2019, residente na rua Egas Moniz, 849-A, Miramar, 4405-051 Arcozelo, qualidade e poderes verificada pela certidão <https://portaldaempresa.pt>.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de uma viatura ligeira de passageiros com retoma de uma usada, precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 09 de novembro de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 02 de novembro de 2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O fornecimento será executado no prazo de setenta e cinco (75) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo fornecimento previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Quarenta e quatro mil, oito euros e cinquenta e seis cêntimos (44.008,56 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%. O Segundo Outorgante obriga-se a pagar ao Primeiro Outorgante o valor de Três mil e quinhentos euros (3.500,00 €), pela retoma da viatura usada marca Mercedes.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a receção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/07010602, Ação 09P009, conforme proposta de cabimento n.º 2456, compromisso n.º 2872 e requisição externa de despesa n.º1551.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Camara Municipal de 02 de novembro de 2017.

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

- 1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Matosinhos em 09 de novembro de 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 17 de novembro de 2017, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal dos Administradores;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,






